



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

MPV 979
00010

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

MPV 979, de 2020

Emenda nº

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 979, DE 10 DE JUNHO DE 2020

“Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.”

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL
(Do Sr. deputado Jesus Sérgio)

Dê-se à Medida Provisória n.º 979, de 2020, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o processo de consulta à comunidade acadêmica ou escolar, tratados na Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, para formação de lista triplíce, e na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para indicação de reitores, durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid-19**, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Os processos de consulta à comunidade acadêmica ou escolar, nos termos do art. 1º, devem respeitar as recomendações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde e, se for o caso, do corpo de profissionais de saúde que atuam na instituição, de modo a garantir a efetividade das necessárias medidas de distanciamento ou isolamento social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação."



CD/20536.48059-00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

JUSTIFICAÇÃO

Temos certeza que o corpo técnico das instituições de ensino alcançado por esta Medida Provisória possui a qualificação necessária para elaborarem modelos de consulta que resguardem a autonomia das universidades e institutos federais, bem como, ao mesmo tempo, garantam o respeito às medidas sanitárias necessárias para o combate ao surto de covid-19.

Não podemos permitir que a verdadeira tragédia humanitária que nosso país atravessa seja utilizada para permitir uma intervenção do MEC em nossas instituições de ensino e pesquisa. A autonomia universitária é a garantia de que a pesquisa científica terá a liberdade necessária para buscar a inovação. Do mesmo modo, garante que os docentes possam explorar, com seus alunos, a diversidade das formas de saber. Esses dois aspectos são essenciais para que o nosso sistema de ensino possa formar estudantes críticos e, eles mesmos, portadores de autonomia.

É essencial que essas instituições de ensino possam manter sua autonomia administrativa nos atuais contornos, pois ela funciona como uma garantia de independência acadêmico-científica, necessária ao desenvolvimento do conhecimento técnico e científico tão necessário para o desenvolvimento do nosso País, em especial nesse momento de pandemia em que a pesquisa científica é esperança para todo o mundo.

Nesse sentido, apresentamos esta emenda que, ao invés de impedir a consulta e a formação de lista triplíce, garante que esse processo seja feito com segurança. Portanto, rogo ao nobre Relator e aos nobres pares que acolham a presente Emenda Substitutiva Global.

Sala da Comissão, em 10 de junho de 2020.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC



CD/20536.48059-00